

## Com Marx para além do marxismo

Moishe Postone. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014, 483 ps. Tradução Amilton Reis e Paulo Cézár Castanheira.

Por Leomir C. Hilário – Doutorando em Psicologia Social pela UERJ.

O lançamento do livro de Moishe Postone – “Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx” – pela editora Boitempo vem preencher uma lacuna na esquerda brasileira engajada na reflexão acerca da obra de Marx. Em primeiro lugar, porque este autor e esta obra se inscrevem no quadro maior daquilo que se tem chamado internacionalmente de *crítica do valor* (*Wertkritik*), ainda relativamente desconhecida entre nós. Trata-se de uma tradição minoritária da crítica social de inspiração marxiana que busca suas chaves de análise nas categorias básicas da crítica de Marx (tais quais valor, mercadoria e fetichismo) como ferramentas de compreensão do mundo atual. Esta tradição se opõe diametralmente ao que seus autores chamam de “marxismo do movimento operário” ou “marxismo tradicional”, caracterizado pela análise cuja ênfase é o problema da distribuição do capitalismo, sem tocar na questão do modo de produção. Para uma apreciação desta tradição, ver Jappe (2006); bem como a introdução do último livro de Kurz (2014). Pertencem a esta corrente nomes como Robert Kurz, Anselm Jappe, Jean-Marie Vincent, Antoine Artous, Roswitha Scholz, Norbert Trenkle, Ernst Lohoff, dentre outros. Todos têm em comum a centralidade da crítica do fetichismo e do modo de produção capitalista, em que pesem algumas diferenças entre suas análises<sup>1</sup>.

A tese mais conhecida, compartilhada por estes autores, é a de que, desde a década de 1970 e a terceira revolução tecnológica, não haverá nenhum novo impulso de acumulação secular capaz de renovar significativamente o modo de produção capitalista e consolidar um novo ciclo sistêmico de acumulação e crescimento. O capitalismo entrou, para esta perspectiva, desde o final do século XX, numa era de declínio, colapso e desintegração: uma crise estrutural (e não cíclica) do capitalismo. A derrocada do

---

<sup>1</sup> Sites como <http://www.krisis.org/>, <http://obeco.planetaclix.pt/> e <http://www.palim-psao.fr/> divulgam há anos as ideias desta tradição.

socialismo real (chamado por Kurz de “socialismo de caserna”) não significa o fim da possibilidade emancipatória para além do capitalismo, tampouco a sua vitória triunfal, mas o início de uma era de crise globalizada, no interior da qual a falência do “socialismo real” é um aspecto da crise mais ampla do sistema capitalista, do “colapso da modernização”. O problema histórico dessa tradição é o de como pensar a superação do capitalismo após o retrocesso do Estado de Bem-Estar Social na Europa, a queda do socialismo real e dos partidos-Estado burocráticos do Leste Europeu e da emergência do neoliberalismo a nível global.

Em segundo lugar, podemos situar a obra de Moishe Postone e esta tradição na qual ele se inscreve no campo mais amplo das releituras de Marx no século XXI, isto é, daquilo que Roberto Fineschi (2008) chama de “novo Marx” ou daquilo que Marcello Musto (2009) chama de “a redescoberta de Marx”. A partir da segunda *Marx-Engels-Gesamtausgabe* [projeto de edição das obras completas de Marx e Engels] (MEGA), começa-se um processo de questionamento frontal da sistematização da obra de Marx e Engels no sentido do entendimento desta obra como essencialmente aberta e incompleta. O Marx que emerge desta nova edição histórico-crítica é bem diferente tanto dos seus seguidores quanto de seus opositores do século XX, um Marx amplamente desconhecido, cuja obra (in)completa chegaria a 142 tomos. Liberado da função de instrumento de poder, o pensamento de Marx vem sendo reorientado e ressignificado por vários autores, dentre os quais se localiza Moishe Postone. Por isso, não é por acaso que este “novo Marx” se apresente por meio de uma crítica categorial incomum para a maioria das tradições marxistas: em resumo, trata-se de *ir com Marx para além do marxismo*. Por exemplo, a contradição fundamental do capitalismo não será vista a partir do antagonismo social entre classes contrapostas. Ao contrário, este conflito é compreendido como parte do invólucro da forma-mercadoria, razão pela qual a contradição do capitalismo é vista muito mais como a subsunção das formas concretas de vida às formas abstratas de reprodução social mediada pelo valor, daí a centralidade dos conceitos de alienação e fetichismo da mercadoria. Ou seja, a crítica do capitalismo é uma crítica do modo de produção capitalista fundada em uma teoria histórica das formas abstratas e autônomas de mediação social (valor, trabalho, mercadoria e capital) que funcionam, na modernidade, sobre o conjunto das relações sociais: “as categorias iniciais d’*O Capital* devem ser vistas como historicamente específicas; elas captam as formas sociais básicas do capitalismo” (POSTONE, 2014, p. 157).

Moishe Postone (1942, Canadá) é doutor pela Universidade Goethe de Frankfurt e atualmente trabalha como professor associado de História na Universidade de Chicago, Estados Unidos. A teoria crítica da sociedade frankfurtiana, por consequência de sua formação, ocupa lugar relevante em suas formulações, bem como as preocupações em torno do holocausto e do antissemitismo moderno, as formas contemporâneas de anticapitalismo, a função da teoria crítica no quadro de regressão social marcado pela barbárie, a relação entre história e heteronomia, as transformações globais da última década, a teoria social dos séculos XIX e XX, em particular as teorias críticas da modernidade de Marx, Horkheimer, Derrida, Bourdieu etc., dentre demais temas caros à tradição frankfurtiana. Embora próximo às reflexões desta tradição, convém demarcar seu distanciamento das atuais formulações de Jürgen Habermas e de Axel Honneth, por exemplo, cujas obras são marcadas tanto pela perda do horizonte da ruptura radical com o capitalismo como também pela substituição do referencial analítico de Marx no que se refere à crítica social.

“Tempo, trabalho e dominação social”<sup>2</sup> foi publicado pela primeira vez em 1993, pela Cambridge University Press, e foi uma reelaboração em língua inglesa de sua tese de doutorado defendida na Alemanha. Em 2006 foi traduzido para o espanhol pela editora Marcial Pons e, em 2009, para o francês e publicado pela Éditions Mille et une nuits. Agora, em 2014, foi publicado pela Editora Boitempo. Infelizmente, não há nesta nenhum ensaio preliminar que busque aclimatar o leitor iniciante à teoria crítica de Moishe Postone. Em comparação, posso citar o ensaio de Jorge García López (2006) que antecipa a leitura do livro em sua edição espanhola. Quando se trata de um autor cuja recepção vem de certo modo atrasada (mais de dez anos depois) penso que é bastante prudente algum ensaio introdutório. É bem verdade que há um prólogo à edição brasileira, escrito pelo próprio Postone, mas que não cumpre a função de contextualizar o livro nem tampouco de apresentar o autor. Aliás, convém dizer que o público de língua espanhola, ao contrário do brasileiro, também conhece outras obras de Postone, a exemplo de *La Crisis del Estado Nación. Antisemitismo-Racismo-Xenofobia* (Aikiornio

---

<sup>2</sup> Indico a resenha deste livro de Moishe Postone escrita por Martin Jay (1993), renomado historiador da Escola de Frankfurt. Indico, também, a resenha de Anselm Jappe, intitulada “Avec Marx, contre le travail”, disponível em: <http://www.palim-psao.fr/article-avec-marx-contre-le-travail-38186520.html>. Aqui no Brasil, há um artigo de Mario Duayer, publicado em 2012, elaborando o impacto de sua leitura da obra de Postone, trata-se de “Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica do trabalho”, disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/3880>.

Ediciones, 2001) e *Marx Reloaded: Repensar la teoría crítica del capitalismo*<sup>3</sup> (Traficantes de Sueños, 2007).

“Tempo, trabalho e dominação social” é uma obra composta por três partes, cada qual possuindo três capítulos, e algumas considerações finais. A primeira parte tem como título *Uma crítica do marxismo tradicional*. Seu objetivo é reinterpretar a teoria crítica madura de Marx com vistas a reconceitualizar a natureza da sociedade capitalista. Isto é feito na medida em que Postone conceitualiza o capitalismo em termos de uma interdependência social de caráter impessoal e aparentemente objetiva, historicamente específica: “O resultado é uma forma nova e crescentemente abstrata de dominação, que sujeita as pessoas a imperativos e coerções estruturais impessoais que não podem ser adequadamente compreendidos em termos de dominação concreta” (POSTONE, 2014, p. 18).

*Marxismo tradicional*, para Postone, não é uma tendência histórica específica do marxismo, como, por exemplo, o marxismo ortodoxo da Segunda Internacional ou o marxismo ocidental, mas, de maneira mais ampla, refere-se a todas as análises que abordam o capitalismo basicamente em termos de relações de classe estruturadas por uma economia de mercado e pela propriedade privada dos meios de produção. Para este tipo de leitura de Marx, as relações de dominação são entendidas fundamentalmente em termos de dominação e exploração de classe. Dentro deste marco, o capitalismo se caracteriza por uma crescente contradição estrutural entre as relações básicas desta sociedade (entendidas como propriedade privada e mercado) e as forças produtivas (entendidas como o modo de produção industrial). Por isso, para ele: “Essa reinterpretação trata a teoria do capitalismo de Marx menos como uma teoria das formas de exploração e dominação *na* sociedade moderna e mais como uma teoria social crítica da própria natureza da modernidade” (POSTONE, 2014, p. 18).

Para historicizar as formas de dominação próprias ao capitalismo, Postone recorre ao conceito de trabalho, entendido como tipo de atividade humana historicamente determinada na qual se reproduz a dominação abstrata do capitalismo. Para ele, o trabalho é uma categoria central de análise, mas não é trans-histórico: “o caráter historicamente específico desse trabalho está relacionado de maneira intrínseca à forma de interdependência social característica da sociedade capitalista” (POSTONE, 2014, p. 19). Ou seja, o trabalho é uma forma de mediação social historicamente

---

<sup>3</sup> Este livro é disponibilizado de forma integral e gratuita pela própria editora em: <http://www.traficantes.net/var/trafis/storage/original/application/90ab372d8057014bb3b58ea7adb72862.pdf>

específica, ele é o fundamento social central dessa sociedade. Assim concebido, o trabalho é uma atividade humana produtiva historicamente determinada, ele é o *objeto* da crítica da sociedade capitalista.

Postone emparelha duas críticas sociais: a do marxismo tradicional, que constitui uma crítica do capitalismo *do ponto de vista* do trabalho, a qual se baseia na compreensão trans-histórica do trabalho, pressupondo a existência de uma tensão estrutural entre aspectos da vida social que caracterizam o capitalismo (mercado e propriedade privada, por exemplo) e a esfera social constituída pelo trabalho. Desta maneira, o trabalho forma a *base* da crítica do capitalismo e o seu horizonte é o *modo de distribuição* desigual da riqueza produzida pelo trabalho; a outra é a que concebe o trabalho como *objeto* da crítica da sociedade capitalista, ele é uma categoria negativa que expressa as relações fetichistas desta sociedade e o lugar no qual ocorre a reprodução de tais relações. Esta última leitura pode ser chamada de *crítica categorial*, pois busca entender as formas da vida social moderna por meio das categorias da crítica da economia política. Nela, *o trabalho é o conteúdo da forma abstrata da dominação do capital*.

Uma das tarefas prático-emancipatórias dessa análise categorial é a de afirmar a abolição do trabalho<sup>4</sup>. Em outras palavras, abolir essa específica forma de atividade humana produtiva do capitalismo, cujas funções são a de mediação entre a forma abstrata do valor e sua materialização através desta atividade produtiva que transforma valor em mais-valor<sup>5</sup>; de ser aquilo que liga os indivíduos nesta forma social baseada na compra e na venda de mercadorias; e, por fim, a de mediação abstrata entre as satisfações das necessidades humanas (consumo) e a esfera da produção, cuja consequência nefasta é a de que quem não consegue vender (sua força de trabalho, fundamentalmente) está fora do circuito social que lhe permitiria sobreviver e acessar

---

<sup>4</sup> Recuperando a reflexão algumas vezes exposta pelo próprio Marx (2007, p. 97), como, por exemplo: “(...) todas as revoluções anteriores deixavam intacto o modo de atividade e apenas tratavam de alcançar uma diferente distribuição desta, uma nova distribuição do trabalho entre outras pessoas, ao passo que a revolução comunista se dirige contra o tipo anterior de atividade, elimina o trabalho”. Ou, num trecho da mesma obra em que Marx compara os servos fugitivos e os proletários, ele diz: “(...) os proletários, para chegarem a valer pessoalmente, necessitam supra-sumir sua própria condição de existência anterior, que é, ao mesmo tempo, a de toda a sociedade anterior, ou seja, o trabalho” (MARX, 2007, p. 106). Caberia citar também um outro trecho de Marx, amplamente desconhecido, onde ele diz que “o trabalho é, em sua essência, atividade não-livre, não humana, não-social, determinada pela propriedade privada e criando a propriedade privada. A superação da propriedade privada somente se tornará uma realidade efetiva quando ela for concebida como superação do trabalho” (Marx, 1975, p. 279). Há outras passagens, mas para esta resenha creio que estas sejam o bastante para a defesa da possibilidade de ler em Marx uma *crítica do trabalho* e não uma *crítica a partir do trabalho*.

<sup>5</sup> De acordo com Marx (2011, p. 239), “como *valor de uso*, o trabalho só existe *para o capital* e é o *valor de uso* do próprio capital, *i.e.*, a atividade mediadora pela qual ele se *valoriza*”.

bens socialmente produzidos: é o problema do sujeito monetário sem dinheiro – aquele cuja sociabilidade se realiza por meio de uma coisa (dinheiro) que não consegue mais obter para satisfazer suas necessidades – ou da massa supérflua oriunda do desemprego estrutural. Esta leitura põe o acento naquilo que Marx (2011, p. 112) chamou de “dependência coisal” em oposição à “dependência pessoal”. Dito de outra maneira, trata-se de compreender pela categoria de *valor* uma lógica de orientação das práticas sociais reguladas pela dinâmica que consiste no domínio dos homens por meio da dominação que as coisas exercem sobre os homens. Em toda a primeira parte, Postone realiza o percurso crítico do marxismo tradicional por meio de autores como Lukács, Sweezy, Dobb, Lange, Rilferding, Horkheimer, dentre outros.

Na segunda parte, cujo título é *Rumo à reconstrução da crítica marxiana*, o objetivo é, tomando os *Grundrisse* como ponto de partida, reinterpretar categorialmente a crítica de Marx, começando pela noção de “valor”, que não denotaria uma lei do equilíbrio econômico geral, mas como algo que está “no centro das estruturas de dominação abstrata, cuja significância se estende além do mercado e da esfera da circulação” (POSTONE, 2014, p. 151). O valor é diferente da riqueza material, pois é uma forma historicamente específica de riqueza (abstrata) desvinculada das necessidades humanas. Nesta segunda parte o objetivo é reler as categorias centrais da análise marxiana e reafirmar a totalidade contraditória do capitalismo, pondo como fundamento da crítica não as formas de antagonismos sociais imanentes a este sistema de produção mas a autocontradição do capitalismo (retomarei este ponto nas problematizações finais desta resenha). Ela termina com uma boa análise do pensamento de Habermas, sobretudo no que concerne à tentativa de superação do conceito trans-histórico de trabalho.

Na última parte – *Rumo à reconstrução da crítica marxiana: o capital* – trata-se de reconceitualizar a noção de capital. Aqui Postone reflete acerca da luta de classes, considerando-a como “elemento propulsor do desenvolvimento histórico da sociedade capitalista” (POSTONE, 2014, p. 369). Postone trata a luta de classes como oposição no interior de uma unidade capital x trabalho: o capital põe o trabalho como substância do valor e o trabalho, por sua vez, põe o capital como riqueza abstrata e como meio para realização das necessidades do trabalhador. Ou seja, o trabalho realiza, por um lado, a mediação entre forma abstrata (D-M-D’) e sua materialização, bem como fornece o liame social entre os indivíduos: os que vendem e os que compram. Como numa unidade dialética, um *supõe* o outro. Trata-se de um ponto polêmico que escapa às

possibilidades de exposição de uma resenha, mas constitui, a meu ver, motivo suficiente para o público brasileiro conhecer o pensamento deste autor.

Também nesta última parte Postone (2014, p. 350) procura clarificar a sua tese de que “a contradição fundamental do capitalismo encontra-se na dimensão do trabalho e do tempo”. O alvo de Postone é se contrapor à ideia de que a negação histórica do capitalismo na crítica de Marx seja entendida como uma transformação do modo de distribuição de uma maneira adequada ao modo industrial de produção desenvolvido pelo capitalismo. A questão está, a seu ver, num tipo de sociedade para a qual o tempo de trabalho já não será mais fonte de medida da riqueza. Aqui ele retoma as reflexões de Marx nos *Grundrisse* a respeito do avanço da maquinaria. Por estas e outras problematizações profícuas e de certo modo inéditas (ou, pelo menos, extremamente marginais no campo da crítica marxiana), o livro de Moishe Postone constitui leitura obrigatória para todo aquele engajado na atualização da teoria crítica para o século XXI.

À guisa de conclusão, faço três problematizações críticas a esta obra. A primeira delas se refere a esta centralidade da crítica ao *modo de produção* em Moishe Postone. Para ele, boa parte da história da crítica social de inspiração marxiana se deu no registro da crítica ao modo de distribuição, isto é, como acusação da maneira pela qual se dá a apropriação do trabalho alheio por parte do capital. No Brasil, a própria tradução, durante muito tempo inquestionada, de *Mehrwert* por *mais-valia* e não por *mais-valor* parece ser sintoma disso. Ora, a primeira opção de tradução dá margem à interpretação de que existe, de fato, algo do processo de trabalho que é apropriado indevidamente, como uma substância do qual é possível ter posse. A segunda, por sua vez, alude a um processo no qual se extrai sempre certa quantia abstrata de valor como motor do processo daquilo que Marx nomeou de “sujeito automático” e que funciona somente enquanto consegue pôr em marcha sua própria expansão. A afirmação de Postone (2014, p. 38) de que a noção de Marx de “superação do capitalismo não envolve apenas uma transformação do modo existente de distribuição, mas também do modo de produção”, é muito atual e adequada, dada a crise estrutural do capital que marca o mundo contemporâneo. Esta crítica desloca a ideia de que o problema do capitalismo é algo referente ao “melhor gerenciamento” das riquezas produzidas por ele, como se suas forças produtivas fossem neutras e seus efeitos destrutivos fossem oriundos de mau uso. Recupera-se aqui o posicionamento de Marx (2011, p. 594) de que se trata não da “superação da distribuição e sua passagem a uma forma mais elevada, mas a superação

do próprio modo de produção”.

A segunda problematização concerne à compreensão da crise cuja base é a autocontradição do capitalismo. Há, na obra de Marx e Engels, pelo menos três formas da contradição social no capitalismo: 1) aquela concernente à relação entre capital x trabalho, formulada, por exemplo, no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, para a qual o trabalho é estrangido, sugado, explorado e alienado pelo capital. A suposição, nesta leitura, é a de que existe um sujeito revolucionário determinado pela sua posição no processo produtivo capaz de se contrapor ao sistema. Em que pesem os avanços notórios realizados por esta *luta de classes*, muito bem descritos posteriormente no capítulo VIII d’*O Capital* e cuja conquista histórica de jornada de oito horas de trabalho, oito horas de descanso e oito horas de lazer ainda hoje permanece, trata-se de uma oposição no interior de uma unidade dialética; 2) aquela das forças produtivas com as relações de produção. O texto clássico aqui é *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de 1859, onde Marx elabora o famigerado raciocínio de que, em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, dando início a uma “época de revolução social”, onde “a transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura” (Marx, 1859/2003, p. 5). Althusser (1995, p. 243), com razão, comenta como este texto foi elevado à categoria de inquestionável pela Segunda Internacional, constituindo a “Bíblia de Stálin”. Esta contradição entre relações de produção e desenvolvimento das forças produtivas é elaborada por Marx para a compreensão das revoluções burguesas, cujo objetivo foi adequar a forma jurídica (O Estado moderno em substituição ao *antigo regime*) às relações livres de troca de mercadorias (o mercado). Não se trata, portanto, de uma análise a-histórica ou trans-histórica passível de ser aplicada a uma possível revolução socialista; 3) e, por fim, a terceira forma da contradição – o capital entendido como contradição em processo – elaborada particularmente por Marx nos *Grundrisse*, de 1857-58, e no terceiro volume d’*O Capital*. Nesta terceira forma, “o próprio capital é a contradição em processo” e “o próprio desenvolvimento é o limite para o desenvolvimento da força produtiva do capital” (MARX, 2011, pp. 588 e 281).

A terceira problematização que quero fazer para terminar esta resenha diz respeito ao encaminhamento desta centralidade da crítica ao modo de produção e a esta terceira forma da contradição. Elas têm duas consequências: primeiro elas buscam fundamentar a crítica radical da sociedade na contradição fundamental deste sistema e



não nos antagonismos sociais. Isso significa dizer que o fundamento desta crítica está no modo abstrato e irracional de reprodução desta forma social. Esta crítica radical não abandona o ponto de vista da emancipação social, ela sabe que a dissolução passiva desta forma de sociedade se realiza por meio da barbárie, da destruição e da violência. No entanto, ela não aposta num *sujeito da história*, determinado *a priori* pelo seu posicionamento no modo de produção capitalista, portador de uma missão histórica a ser realizada. A problematização da noção de *sujeito revolucionário da história* não leva necessariamente à resignação, não quer dizer que não há possibilidade ou probabilidade emancipatórias. Ela leva, ao contrário, ao posicionamento de que as formas de oposição se referem às *massas postas historicamente em processo de luta*. Se há um “sujeito” que produz emancipação, ele se produz na história e na contraposição ao *sujeito automático*, que é o capital. São estes movimentos sociais emancipatórios produzidos *na* história que têm potencial para quebrar com este processo cuja lógica é objetiva e independente da vontade dos indivíduos. Pode-se ver claramente como o questionamento do *sujeito (em si) revolucionário*, entendido como classe trabalhadora, não tem como efeito necessário a recusa da luta prática; ao contrário, pressupõe-na. De modo que este questionamento procura pôr na ordem do dia das resistências social e historicamente produzidas a abolição do capital, condição fundamental para a emancipação humana.

A segunda consequência é escapar muito bem da *aporía da emancipação*<sup>6</sup>, provocada pelo questionamento de qual seria então o sujeito capaz de operar a ruptura radical para além do capitalismo. Esta tradição da crítica do valor está menos orientada para busca de novos sujeitos políticos capazes de operar a ruptura radical do que para a defesa de que a tarefa da emancipação é pensar e agir para além do Estado (política) e do mercado (economia). Ela sabe que ou se faz a revolução ou não haverá futuro para nós, dada a dinâmica autodestrutiva de um sistema-mundo em crise sistêmica.

---

<sup>6</sup> Trabalho esta aporia em Theodor Adorno, no seguinte artigo: *A potência da crítica: o problema da aporia em Habermas e seu destino em Adorno*, In *Kriterion*. 2014, vol.55, n.129, pp. 309-329. Versão on-line disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-512X2014000100017>.

## Bibliografia

- ALTHUSSER, Louis. *Sur la reproduction*. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.
- FINESCHI, Roberto. *Um nuovo Marx: filologia e interpretazione dopo la nuova edizione storico-critica* (MEGA 2). Roma: Carocci, 2008.
- JAPPE, Anselm. *As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor*. Lisboa: Antígona, 2006.
- JAY, Martin. *Time, Labor and Social Domination: A Reinterpretation of Marx's Critical Theory* by Moise Postone. In *New German Critique*. N 60. Autumn, 1993.
- MARX, Karl. *A ideologia alemã*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MARX, Karl. *Draft of an Article on Friedrich List's Book Das nationale System der politischen Oekonomie*. In Karl Marx e Friedrich Engels. *Collected Works*, vol. 4 (1844-1845). Nova York: International Publisher, 1975, pp. 265-293.
- MARX, Karl. *Grundrisse: esboço da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- LÓPEZ, Jorge García. *Uma introducción a Tiempo, trabajo y dominación social*. In POSTONE, M. *Tiempo, trabajo y dominación social: una reinterpretación crítica de Marx*. Madrid: Marcial Pons, 2006.
- POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- KURZ, Robert. *Dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*. Lisboa: Antígona, 2014.
- MARX, Karl. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- MUSTO, Marcello. *A redescoberta de Marx*. In *Margem Esquerda: Ensaio Marxistas*, n 13. São Paulo: Boitempo, 2009. pp. 51-73.